

Concepção de história em Fernand Braudel e Immanuel Wallerstein: uma análise marxiana

Idaleto Malvezzi Aued
Professor Titular da UFSC

Samya Campana
Professora substituta de Economia da UFSC

Resumo: Esse artigo aborda sob a perspectiva marxiana o método científico utilizado por Braudel e Wallerstein tendo por objetivo expor o significado metodológico da “concepção de história” desses autores. Uma vez aclarado o método de Braudel se infere o avanço teórico e operacional da proposta teórica por parte de Wallerstein. A base de uma nova proposta é lançada por Braudel, porém seu aprimoramento como instrumento analítico se deve a Wallerstein.

Abstract: This article approaches under the marxian perspective the scientific method used for Braudel and Wallerstein having for objective to display the meaning methodologic of the "conception of history" of these authors. A cleared time the method of Braudel if infers the theoretical and operational advance of the proposal theoretical on the part of Wallerstein. The base of new a proposal is launched by Braudel, however its improvement as analytical instrument if it must the Wallerstein.

1. Introdução

Geralmente o procedimento para pesquisas teóricas entre os diversos autores dos grupos contemporâneo e clássico segue a tendência de compará-los listando elementos semelhantes e diferentes tanto dentro de cada grupo como fazendo um intercruzamento. Isso se refere predominantemente ao aspecto teórico (conceitos) com negligência ao aspecto teórico-metodológico (categorias). As questões a serem esclarecidas se estruturam em função do arcabouço conceitual desses autores, o que é capitalismo, o que é capital, o que é tecnologia, o que é desenvolvimento, etc., permitindo que se emita juízos de valor e interpretações especulativas do mundo, mas certamente sem atender completamente ao preceito de rigor científico posto hoje. Para uma abordagem científica, podemos afirmar que é preciso

compreender e reviver os fins pretendidos dos autores e os seus ideais (Weber, 1998)¹ e, indo além, compreender o tempo histórico através da forma como os homens produzem sua história, pois a compreensão da realidade tem por princípio apreendê-la como materialização de conteúdo e formas das relações engendradas pelos homens na produção de sua própria existência.

Centralmente, nossa tentativa recai sobre os “ideais” de Braudel e Wallerstein considerando ponto de partida o contexto em que foram produzidos apesar de não os mencionar.² “Para interpretar [esses ideais], respeitando aquilo que um autor quis realmente dizer, é importante decifrar o enigma do texto: o que diz o autor e, metodologicamente, por que ele o faz deste modo” (Oliveira, 1998, p.25).³ O objetivo situado no terreno do método é expor a concepção de história elaborada por esses dois autores e examiná-la sob ótica do conteúdo da *Ideologia Alemã*, e eventualmente de *O Capital*, de K. Marx. Braudel e Wallerstein representam um único corpo teórico-metodológico - o qual foi operacionalizado popularmente por G. Arrighi em *O longo século XX* - fortemente calcado no terreno historiográfico. Do ponto de vista da Ciência Econômica, esses autores se relacionam à História Econômica sendo situados em pesquisas teórico-históricas, quer dizer, pesquisas que têm o objetivo de “deduzir” a realidade passada para empreender inferências sobre acontecimentos presentes, através da fundamentação em evidências histórica-empíricas. Entretanto, indagamos, sobre o significado e as implicações de se utilizar a proposta teórica desenvolvida por Braudel e Wallerstein considerando o âmbito metodológico de sua concepção de história. Os textos utilizados para responder essa questão são os que nortearam os seminários oferecidos pela área Transformações do Capitalismo Contemporâneo do Mestrado em Economia/UFSC: “Escritos sobre a história” e *Civilização Material, Economia e Capitalismo* (os três livros) de Braudel; “Mudança social? A mudança é eterna, nada muda jamais”, “Repaso Teórico” e “As invenções de realidades tempo-espaço: rumo a um entendimento de nossos sistemas históricos” de Wallerstein.

¹ Acima de tudo, é preciso ensinar a avaliá-los criticamente. “Esta crítica”, diz Max Weber, “no entanto, só pode ter caráter dialético; isto significa que só pode consistir numa avaliação lógico-formal do material que se apresenta nos juízos de valor e nas idéias historicamente dadas, e num exame dos ideais [sistema de proposições do qual seria possível “deduzir” a realidade], no que diz respeito ao postulado da ausência de uma contradição interna do desejado. Enquanto se propõe a este fim, ela pode proporcionar ao homem que quer a consciência dos últimos axiomas, que estão na base do conteúdo do seu querer, a consciência dos critérios últimos de valor que se constituem de maneira inconsciente o ponto de partida - dos quais, para ser conseqüente, deveria partir. Realmente, chegar à consciência destes critérios últimos que se manifestam nos juízos de valor concretos é o máximo que ela pode fazer sem entrar no terreno da especulação” (Weber, 1998, p.85).

² Para saber sobre os “fins pretendidos” destes autores, e seu contexto histórico, que se apresentam nos juízos de valor e nas idéias historicamente dadas dos autores ver Rojas (1986).

³ Para saber sobre o que dizem e as contribuições teóricas de Braudel, Wallerstein e Arrighi ver Arienti e Filomeno (2004).

2. A “concepção de história” em Braudel sob a perspectiva marxiana

A “concepção de história” transbordante em Braudel e Wallerstein é essencialmente a mesma dos *Annales*. Contrariamente à *historiografia narrativista*⁴, os “annalistas” deslocam o eixo de uma *história política* feita por indivíduos para uma *história social total*. Nessa última se destacam duas idéias a) a de uma construção subjetiva do objeto (que não pode ser descrito com neutralidade) e b)

[...] a idéia de que os objetos históricos precisam ser construídos a partir de uma instância que garantisse a sua validade teórica, isto é, uma “história global” ou “história social total” que funcionaria como o núcleo agregador de vários âmbitos (história econômica, imaginário, cultura, etc.) tendo cada um sua metodologia própria, de acordo com o sistema vasocomunicante interdisciplinar. (Cardoso, 1996, p.182)

Desse modo, nos *Annales* se encontra

[...] um tipo específico de articulação entre tarefa narrativa e tarefa teórica do trabalho histórico [...]. A sua principal característica é exigir que a tarefa narrativa não se cumpra sem que uma noção de totalidade histórica já não esteja previamente estabelecida. Ora, certamente a noção de história total ou global recalca a possibilidade de uma história narrativa no seu suposto sentido positivista de uma história no nível das fontes, mas tal noção é ao mesmo tempo responsável pelo surgimento de uma narrativa histórica na qual a escolha e explicação do objeto [alguma questão a ser estudada] é uma potência de segunda ordem com relação ao pressuposto de uma totalidade histórica, sendo esta uma potência de primeira ordem. (Cardoso; 1996, p.182)⁵

Braudel é quem leva a proposta metodológica da História, característica dos *Annales*, até suas últimas conseqüências “[...] con lo que además de *completarla y apuntarla*, culmina *enriqueciéndola y llevándola* hacia um *nuevo y más alto nivel* de despliegue y afirmación” (Rojas, 1986, p.59). Considerando a fragmentação das fontes históricas, Braudel, restabelece o *nexo dos acontecimentos* partindo nem de vestígios fragmentários (como na história

⁴ De acordo com Cardoso (1996), o objetivo de Braudel tal como dos *Annales* com relação à *história tradicional* era rejeitar a “história-narrativa”. Esta, identificada com a historiografia que preconiza uma história feita por indivíduos (denominada “positivista”), seria uma *história ao nível das fontes*. O problema, já colocado por Febvre, é que *ao se identificar o fato histórico com o acontecimento encontrado em estado puro na fonte*, o historiador acaba por conceber a realidade histórica como uma narrativa de ficção, visto que toma acriticamente a visão das fontes. Da mesma forma, Bloch já assinalava que uma “história-narrativa” nada mais seria do que a visão de *testemunhos voluntários*, isto é, dos fatos fornecidos pelos documentos os quais expressam os juízos dos próprios agentes sobre o evento.

⁵ Continua Cardoso: “Assim, por exemplo, para Bloch e Febvre interessaria à história tudo que dissesse respeito à Vida e ao Homem, e qualquer objeto específico deve ser narrado levando em conta esse comprometimento vital com o todo; já com Braudel, a noção de longa duração passa a imantar a totalidade histórica, de modo que os objetos escolhidos em seu interior devem ser narrados levando-se em conta a marca de sua atração pelo todo” (Cardoso, 1996, p.182).

tradicional) nem de modelos de conexão chamados modelos, hipóteses ou teorias (como nas “ciências maduras”), mas de *uma base geográfico-natural da história e das temporalidades diferenciais e de longa duração*.

A História para Braudel é, portanto, o homem e os movimentos geológicos. Como *ciência* só o é, se abarca todas as outras ciências do homem:

Lucien Febvre decía “la historia es el hombre”. Yo penso que la historia es el hombre y todo lo demás. Todo es historia, la tierra, el clima, los movimientos geológicos [...] la historia es ciencia del hombre sólo si tiene a todas las otras ciencias del hombre junto a ella. (Braudel *apud* Rojas, 1986, p.53)

As *temporalidades diferenciais* e de *longa duração* são desenvolvidas a partir da *temporalidade dos movimentos geológicos*:

[...] mientras el plano de los basamentos naturales es el plano de “la historia case inmóvil” y el nivel de las economías, de las sociedades, de las civilizaciones y de los Estados es en cambio “una historia de ritmo lento” [a longa duração], la esfera de los acontecimientos políticos inmediatos y de los hechos individuales más importantes es por su parte “una historia de oscilaciones breves, rápidas y nerviosas”. (Rojas, 1986, p.61-62)

Rojas entende que “la historia se le presenta a Braudel como una síntesis compleja no sólo de diversas realidades y fenómenos, sino también de *distintas temporalidades*, de tiempos y ritmos de duración de magnitud y dimensiones variables” (Rojas, 1986, p.62).

Sendo assim, o “esquema tripartido”⁶ de Braudel exposto em *Civilização Material, Economia e Capitalismo* não representaria a *síntese complexa de uma história social total inter cruzada por diversas realidades e fenômenos bem como por distintas temporalidades?*

Braudel se referindo ao significado do próprio *esquema*, escreveu que ele constitui

⁶ “Braudel (1985) divide a vida econômica no capitalismo em três conjuntos de atividades, em três ‘andares’. A camada inferior dessa estrutura tripartido é denominada de ‘vida material’ e se refere às atividades cotidianas, rotineiras, habituais e inconscientes, em que a relação do homem com as coisas é orientada pelo seu valor de uso, não pelo seu valor de troca. O andar subsequente é chamado de “economia de mercado” e diz respeito à vida econômica em si, às trocas rotineiras (e não apenas as trocas esporádicas), à produção para o mercado (e não simplesmente a troca de excedente do auto-consumo), à relação entre pessoas e coisas baseada no valor de troca. Braudel (1985) distingue dois níveis da ‘economia de mercado’: um inferior, composto pelos mercados, lojas e vendedores ambulantes; um superior, formado pelas feiras e bolsas, onde o volume transacionado e a complexidade institucional são maiores. Este andar é marcado pela transparência das trocas e pela concorrência entre os agentes. Entretanto, há processos no sistema capitalista que não cabem incluir na ‘economia de mercado’, pois se baseiam numa forma específica de conduzir os jogos da troca, em que mecanismos de mercado e extra-mercado são utilizados para obter a maior parte do excedente. Esses processos e essa forma de conduzi-los dizem respeito à camada superior da estrutura tripartido, ocupada pelo que Braudel chamou especificamente de capitalismo. Constitui uma esfera de circulação diferenciada, que fica no topo da hierarquia das trocas. É onde se encontram as trocas desiguais, em que a concorrência (característica essencial da “economia de mercado”) tem um reduzido lugar” (Arienti e Filomeno, 2004, p.8-9).

[...] o índice de referência de uma obra que eu deliberadamente concebera à margem da teoria, de todas as teorias, exclusivamente sob o signo da observação concreta e da história comparada”. [sublinhado nosso] (Braudel, I, 1998, p.13)

Seu procedimento por si mesmo, quando associado a alguma das três concepções de ciência existentes, a saber, *empirismo*, *racionalismo* e *construtivismo* (Chauí, 1994), pode ser atrelado ao empirismo visto que descreve observações e pesquisas baseadas em observações concretas e recusa formulações teóricas *a priori*. Entretanto, não se trata de um empirismo particularista que focaliza casos ou eventos isolados, mas de um *empirismo estruturalista*, fundado em uma totalidade histórica.

Aprofundemos o significado da concepção braudeliana de história, por conseguinte o *esquema tripartido*. Do ângulo da constituição das ciências humanas como ciências específicas, entre os anos 1920 e 1950, assentada nas três correntes de pensamento, a saber, *fenomenologia*, *estruturalismo* e *marxismo* (Chauí, 1994), a concepção braudeliana de história pode ser identificada com a concepção *estruturalista*. Assim como o estruturalismo livrou as ciências humanas das explicações mecânicas de causa e efeito, não pode ter se desenvolvido a reboque uma “ciência da história” livre da *história tradicional* (cuja prática são as explicações de *causa e efeito*)? Respondendo afirmativamente, Braudel exprimiu a luta no campo da história, vindo “[...] mostrar que os fatos humanos assumem a forma de estruturas, quer dizer, de sistemas que criam seus próprios elementos dando, a este, sentido pela posição e pela função que ocupam no todo” (Chauí, 1994, p.274).

O *esquema tripartido*, explícito em *Civilização Material, Economia e Capitalismo*, como “índice de referência” de cunho empírico-estruturalista expressa estruturas totalizantes (o andar térreo das coisas e dos homens ou da civilização material; o andar da economia de mercado ou das trocas e; o andar superior, “o verdadeiro lar do capitalismo”) organizadas segundo princípios internos (uma base geográfico-natural e a longa duração) as quais comandam seus elementos ou partes (as economias, as sociedades, as civilizações, os Estados, etc.), seu modo de funcionamento e suas possibilidades de transformação temporal ou histórica. Dentro de cada “andar” o todo não é a soma das partes, nem um conjunto de relações causais entre elementos isoláveis, mas é um princípio ordenador, diferenciador e transformador (por exemplo, “os instrumentos da troca, a economia em face dos mercados, a sociedade”, etc. do andar intermediário são em si elementos ordenadores, diferenciadores e transformadores específicos a este andar).

Na medida em que a história, para Braudel, se pauta pelo tempo de *longa duração*, é evidente considerar cruciais as *estruturas totalizantes*, pois há intuito de demonstrar “aquilo

que não muda” (ao menos dentro de um mesmo sistema histórico - por exemplo, a economia mundo capitalista, diria Wallerstein⁷) e o peso das determinações passadas sobre o presente - em contestação ao enfoque da *história tradicional*.

Entretanto, questionamos se a história de acordo com o critério da longa duração não permanece identificada como uma “ciência do passado”. Qual a implicação dessa afirmação em termos de resultado teórico?

Em primeiro lugar, devemos saber que a escolha e explicação das questões a serem estudadas passam a ser uma *potência de segunda ordem* a ser encaixada em algum dos “três andares” (que são as estruturas), ou em todos ao mesmo tempo (quando for o caso), e o recurso a um passado temporal historiográfico que remonta à longa duração passa a ser imprescindível, pois é capaz não somente de evidenciar os princípios internos de cada estrutura, mas seu comportamento. Metodologicamente, isso significa que não há como analisar as possibilidades de ação no presente condizente a uma questão de estudo *x* sem se identificar, antes, os princípios internos da estrutura *y* ao qual pertence - o que é possível somente recorrendo ao passado. Logo, as respostas estão no passado, isto é, na maneira como se deram as determinações.

Em segundo, a história totalizante, *potência de primeira ordem*, supõe como objeto o homem e todas as suas obras, atividades, criações e marcas sobre seu redor, em uma palavra, todos os planos ou camadas da realidade humana - geográfico, antropológico, econômico, social, cultural, jurídico, psicológico, familiar, institucional, científico.⁸ Desde que se trata, por isso, de um *empirismo abstrato*, quer dizer, de uma concepção de história que se baseia nos resquícios humanos sem expor os *homens reais que os produziram através da produção*

⁷ Wallerstein divide “[...] los sistemas-mundo em dos variantes estructurales principales: aquellos com una sola estructura política cúpula - los impérios-mundo - y los que carecen de tal estructura dominante: las economías-mundo”. (Wallerstein, 1998b, p.251). A *economía-mundo capitalista*, o primeiro sistema histórico que abrangeu o planeta inteiro, mas um dos vários tipos que já existiram sobre o planeta é, por conseguinte, um sistema complexo porque é composto de estruturas: “las estructuras duraderas (em esencia económicas y sociales) son las que determinan en el largo plazo nuestro comportamiento colectivo: nuestra ecología social, nuestros patrones civilizacionales, nuestros métodos de producción” (Wallerstein, 1998a, p.152) - para saber detalhes sobre as características estruturais muito peculiares deste tipo particular de economia-mundo ver Wallerstein (1998b, p.252-254). Em particular, a economia mundo capitalista “[...] implica la existencia de algunos tipos de fenómenos repetitivos y, em cierto nivel [...] algunos tipos de impulsos hacia un equilibrio, incluso equilibrios en movimientos. De modo que hemos vuelto a la contradicción original de la expresión ‘sistema histórico’: algo que está en constante cambio en cuanto a su dirección pero que también en esencia es lo mismo, al menos de manera provisional (Wallerstein., 1998b, p.254).

⁸ Febvre *apud* Rojas (1986, p.52-53) escreve que “la historia es el estudio científicamente elaborado de las diversas actividades y de las diversas creaciones de los hombres de otros tiempos, captadas en su flecha, en el marco de sociedades extremadamente variadas y, sin embargo, comparables unas a otras (el postulado es de la Sociología); actividades y creaciones con las que cubrieron la superficie de la tierra y la sucesión de las edades”.

dos meios/instrumentos (de *quais* meios/instrumentos e o *modo como* estes homens os produziram), que se *abstrai* dessa consideração *histórica real*⁹,

estas abstrações, separadas da história real, não possuem valor algum. Podem servir apenas para facilitar a ordenação do material histórico, para indicar a seqüência de suas camadas singulares. Mas de forma alguma dão, como a filosofia, uma receita ou um esquema onde as épocas podem ser enquadradas. A dificuldade começa, ao contrário, apenas quando se passa à consideração (a pesquisar a interdependência real, prática, dessas diferentes camadas) e à ordenação do material, seja de uma época passada ou do presente quando se passa à exposição do real. (Marx, 1993, p.38-39)

Seguindo Marx, afirmamos que existe uma limitação de origem metodológica ao se entender o *esquema* braudeliano como *recurso teórico*. Não há problema em se escrever sobre o passado ou em ordená-lo, mas em que quando o principal critério teórico-analítico passa a ser a *longa duração* (o peso do passado sobre o presente) isso faz com que a história deva ser escrita de acordo com um critério situado fora da *história real dos homens*, portanto abstrato. Nesse sentido, o critério marxiano não deixa de privilegiar o essencial: *o quê*, em cada época e generalizadamente, *os homens produziram* e *o modo como produziram*, produzindo a si mesmos, tendo sempre como ponto de partida analítico *o presente* (que é o tempo dos seres viventes). Ainda que o objeto seja os homens e “todo lo demás” (a terra, o clima, os movimentos geológicos, etc.) - de modo a ter todas as outras ciências junto da história -, mesmo que misturadamente (o que evidencia o propósito de dar uma base empírica, terrena, para a história), o *critério “tripartite”* para análises teóricas prescinde (ou abstrai) de base empírica: é o passado - a longa duração, as permanências - que “evidencia” desenhos com relação a velhos modos de agir e de pensar dos homens. Braudel divide a vida econômica no capitalismo em três conjuntos de atividades ou “velhos modos de agir e pensar”, em três “andares” ou estruturas principais, abstraindo a produção dos meios e o modo como foram produzidos, quando na verdade é isto que origina “os modos de agir e de pensar”. Não aborda como eixo, nem mesmo de forma oculta, a perspectiva da produção dos instrumentos tal e como permitiram aos homens satisfazerem todas as suas necessidades e em última instância estarem vivos - condição necessária e fundamental para fazerem história. Portanto, em função do critério de Braudel prescindir ou abstrair a base real empírica ficou submetido a compartilhar a ilusão da época entre os séculos XVI-XVIII. Seu critério é a própria ilusão

⁹ “O uso e a fabricação de meios de trabalho, embora em germe em certas espécies animais, caracterizam o processo especificamente humano de trabalho e Franklin define o homem como ‘a *toolmaking animal*’, um animal que faz instrumentos de trabalho. Restos de antigos instrumentos de trabalho têm, para a avaliação de formação econômico-sociais extintas, a mesma importância que a estrutura dos ossos fósseis para o conhecimento de espécies animais desaparecidas” (Marx, 1996, p.204).

dessa época: “aquilo que praticamente não muda”, “as estruturas”, as permanências, a “longa duração”.

Bem, mas o que significa, então, uma concepção de história no preceito marxiano?

Foi a partir de Hegel que Marx desenvolveu a concepção de que a realidade não é um simples dado objetivo, externo ao homem, mas é criada pela ação humana real e ativa - para Hegel, essa criação era realizada pela consciência.¹⁰ Marx partiu do elemento ativista da doutrina de Hegel e o combinou com elementos de uma epistemologia materialista originando uma concepção capaz de apreender objetivamente a realidade a partir da ação humana.

Há um significado objetivo na história que é a autocriação progressiva do homem. Enquanto Hegel ressaltou a posse do mundo pelo pensamento, Marx deu ênfase à realidade concreta, à maneira pela qual os homens se apropriavam de seu próprio mundo na sua produção e relação com outros homens. Se o elemento ativo expresso na sua premissa filosófica *é o de que a criação inicial do mundo é feita pelo homem e que quando o homem age sobre o mundo externo, mediado pela relação com outros homens, modifica ao mesmo tempo sua própria natureza*, então, *essa atividade humana* é o processo do homem de tornar-se *humano* na medida em que vai sendo capaz de se reconhecer no universo - feito pelo homem - que o cerca. A história é o registro da criação do homem pelo homem: ao se produzir como *o quê*, para satisfazer suas necessidades viventes, produz o *modo como* sua existência é possível.

O “produzir meios”, em Marx (1993), se relaciona fundamentalmente à *produção dos meios de produção* que possibilitam aos homens produzirem *diretamente e indiretamente* (roupas, comida, habitação, etc.) sua existência humana. Os meios de produção compreendem tanto os meios¹¹ e *objetos de trabalho diretos* como os *meios de trabalho indiretos* (meios resultantes de trabalho anterior). Investigar partindo do *com quê meios de trabalho se faz* serve para *medir o desenvolvimento da força humana de trabalho e*, além disso, *indicar as condições sociais em que se realiza o trabalho*, distinguindo não somente as diferentes épocas econômicas, mas a constituição do homem como *ser que se faz social*. Entretanto, adverte Marx, somente essa observância não basta como recurso teórico-metodológico. O que os homens são coincide com “o que produzem”, mas também com o “modo como produzem” e a

¹⁰ “Fenomenología, el ‘saber absoluto’ no parece que sea para Hegel solamente la edificación de una lógica especulativa, un nuevo sistema filosófico que se anada a los anteriores y los complete, sino la inauguración de un nuevo período en la historia del espíritu del mundo. La humanidad ha tomado consciencia de sí misma, se ha hecho capaz de arrostar y engendrar su propio destino” (Hippolite *apud* Costa&Motta, 2000, p.39-40).

¹¹ A produção dos instrumentos, “restos de antigos instrumentos de trabalho têm, para a avaliação de formação econômico-sociais extintas, a mesma importância que a estrutura dos ossos fósseis para o conhecimento de espécies animais desaparecidas” (Marx, 1996, p.204).

totalidade expressada por estas duas idéias representaria o que Marx chamou de *condições materiais de produção*.

Em Braudel, ao escrever a história do vestuário, da alimentação, das técnicas, da moda, etc., os “meios de produção” assumem feição indireta. Nesse sentido, por exemplo, o exame feito no tomo I de “Civilização Material”, por exemplo, não é fundamentalmente e rigorosamente sobre *quais os meios de produção (o que produzem/natureza dos meios)* e tampouco sobre *o modo como os homens os produzem* (as condições já existentes das relações sociais e das forças produtivas, quer dizer, os homens que os produzem, suas relações de produção e suas relações com as forças produtivas); é sobre as *coisas materiais que imediatamente fazem subsistir* os homens e de que forma/com que diversidade isso é feito ao longo do tempo (do século XV ao XVIII) e das regiões. Contrariando, talvez, essa opinião, subsistem os capítulos 5 “*A difusão das técnicas: fontes de energia e metalurgia*” e 6 “*Revoluções e atrasos técnicos*”, ambos do tomo I. Entretanto, o critério norteador nesses capítulos não é as relações sociais de produção, mas a “longa duração”, “aquilo que não muda”. Braudel quer chamar a atenção neste tomo para a “vida material”, as “atividades cotidianas, rotineiras, habituais e inconscientes”, nas quais a relação do homem com as coisas é orientada pelo seu valor de uso, não pelo seu valor de troca.¹²

Sob a perspectiva marxiana, o *esquema tripartido não tem validade teórica como instrumento analítico*. Significa que serve somente como “índice de referência”, como ele próprio escreveu, “à margem da teoria”, servindo para facilitar a ordenação do material histórico e indicar a seqüência de suas camadas.

Tendo investigado sobre “a concepção de história” em Braudel, importante distinção que se apresentaria com relação a Marx, pois imaginávamos que isso poderia explicar fundamentalmente as diferenças teórico-metodológicas entre ambos, inferimos que não se trata nem de concepções diferentes de história visto não haver objetivamente em Braudel uma *concepção de história*, isto é, uma concepção que seja teórica e ao mesmo tempo metodológica. O que há em Braudel é um critério de como proceder para ordenar o material histórico, mas isto é muito diferente de uma “concepção de história”. Portanto, o que há e que paira em termos metodológicos entre Braudel e Marx é que os critérios de como proceder para

¹² O tomo II que trata da economia de mercado e das trocas mostra os “mecanismos” da produção para o mercado e o tomo III, por sua vez, evidencia os processos capitalistas que não entram na “economia de mercado”, “pois se baseiam numa forma específica de conduzir os jogos da troca, em que mecanismos de mercado e extra-mercado são utilizados para obter a maior parte do excedente. Esses processos e essa forma de conduzi-los dizem respeito à camada superior da estrutura tripartido, ocupada pelo que Braudel chamou especificamente de capitalismo. Constitui uma esfera de circulação diferenciada que fica no topo da hierarquia das trocas. É onde se encontram as trocas desiguais, em que a concorrência (característica essencial da “economia de mercado”) tem um reduzido lugar” (Arienti e Filomeno, 2004, p.9).

ordenar o material histórico são diferentes, apesar de que, a rigor, Marx nem teve como preocupação estabelecer um critério de ordenação do material histórico (isto foi um resultado).¹³

Temos afirmado que o critério de Braudel é o passado: as determinações contidas no passado são - pela ação do homem e expressadas em “três andares” - capazes de revelar os princípios ordenadores no presente. Pode-se dizer que em *Civilização Material, economia e capitalismo*, há a tentativa de dar base empírica para a história, de mostrar que há uma massa de condições que prescreve às novas gerações suas próprias condições de vida, de mostrar que “as circunstâncias fazem os homens”. Entretanto, ao prescindir ou abstrair a *base* ou *ação real empírica do homem* reduz-se a um empirismo abstrato, ficando submetido a compartilhar, a ilusão da época histórica que compreende os séculos XVI-XVIII. Seu critério é a própria ilusão dessa época: “aquilo que não muda”, “a longa duração”, “as estruturas”. Qual a dificuldade em adotar esse critério como recurso teórico? *É que abstraindo a ação empírica real dos homens* (os homens atuantes *realmente* na sua própria história), *se evidencia o peso das estruturas, ou seja, “as circunstâncias determinando os homens”, mas não se consegue mostrar a contrapartida de que, conforme Marx (1993), os “homens fazem/transformam as circunstâncias”, como isso é feito, através de quais pressupostos.*¹⁴ Por isso, o homem *aparece* como um acessório, ontologicamente inconsciente, com limitadas

¹³ Em Marx (1993), o critério de investigação teórico analítico e metodológico é: os *homens reais* que produzem meios/instrumentos de uma determinada maneira - eis a ação empírica em última instância - e que reproduzem diretamente sua vida material e espiritual. Essencialmente se parte dos homens *vivos*, quer dizer, do seu tempo presente, sem imprescindivelmente ter que recorrer ao passado seja para explicar uma questão passada e menos ainda uma questão presente. A ordenação do material histórico, caso empreendida, teria como princípio norteador a ação real empírica dos homens vivos. Pode esse princípio considerar *o quê como* os homens comem, dormem, etc. ou suas ações referentes à efetivação o valor de troca contido nas mercadorias? Sim, desde que se explicita as conexões com a ação real empírica do homem que é a produção dos instrumentos uma vez que é essa ação que vai produzir novas necessidades, tanto de produção como de subsistência, distinguindo a história dos homens da história de qualquer outro animal. Conforme Marx (1993), a dificuldade começa apenas quando se passa à consideração e à ordenação do material histórico - seja de uma época passada ou do presente - a partir da exposição do real, pesquisando a interdependência das suas diferentes camadas. Ainda assim, procedendo dessa forma para se iniciar a investigação da história (isto é, os processos reais de produção) - e não apenas ordenar o material histórico -, isto somente indica as condições sociais em que se produzem. Haveria, ainda, que se investigar sobre essas condições, pois, “o gosto do pão não revela quem plantou o trigo e o processo examinado nada nos diz sobre as condições em que ele se realiza, se sob o látigo do feitor de escravos ou sob o olhar ansioso do capitalista, ou se o executa Cincinato lavrando algumas jeiras de terra ou o selvagem ao abater um animal bravo com uma pedra [sublinhado nosso]” (Marx, 1996, p.208-209).

¹⁴ É claro que se fôssemos tentar responder o por quê Braudel não fez isto, mas imaginou toda uma época *sendo determinada* por uma *longa duração*, por motivos “estruturais” ou “que não mudam” (apesar disto ser apenas a *forma* dos motivos reais), teríamos que fazer uma avaliação do material que se apresentou nos juízos de valor e nas idéias historicamente dadas de Braudel; teríamos, portanto, que começar pela época considerada desse historiador a qual aceita a opinião de que é determinada por motivos “estruturais” - e não começar pelas idéias de Braudel ou pelas idéias de sua época - por que, conforme Marx (1993), aquilo que esses homens determinados “imaginam” ou “representam” fazer de sua práxis real se transforma em sua única força ativa que domina e determina sua práxis.

possibilidades de ação no presente: nada ocorreria por acaso, mas porque seria necessário visto que a história dos homens, seu movimento, é uma história das estruturas.

Na explicação das “circunstâncias que fazem os homens”, as estruturas são relacionadas a certa *cultura* (a ser identificada por cada núcleo agregador científico: história, geografia, imaginário popular, etc. - respeitando suas metodologias próprias). Especificamente, para o campo econômico, Braudel afirma que

a grande dificuldade em se abordar a história do ponto de vista da longa duração é justamente discernir a longa duração porque os ciclos, os interciclos, as crises estruturais, ocultam as permanências de sistemas, isto é velhos hábitos de pensar e de agir, quadros resistentes, por vezes contra toda a lógica” [grifo nosso] (Braudel, 1992, p.51)

Trata-se de considerar o *tempo da longa duração* na perspectiva de tempo das estruturas (dos velhos hábitos de pensar e de agir, os quadros resistentes, etc.)¹⁵ como elementos estáveis de uma infinidade de gerações.

Como realizar a tarefa de considerar o *tempo da longa duração* na perspectiva das estruturas, a saber, dos velhos hábitos de pensar e de agir, os quadros resistentes, etc, nas disciplinas econômicas? “[...] trata-se para quem quer compreender o mundo, de definir uma hierarquia de forças, de correntes, de movimentos particulares, depois, apreender de novo uma constelação de conjunto” (Braudel, 1992, p.54). Essa tarefa parece que foi melhor empreendida por Wallerstein.

3. A tentativa de Wallerstein rumo a uma concepção de história teórica-metodológica

Como propagador da tradição braudeliana da “longa duração”, Wallerstein foi quem avançou na direção de consolidar uma *concepção de história* ao mesmo tempo teórica e metodológica no terreno da economia, da ciência social e da história. Não satisfeito com a fundamentação estritamente empírica do critério da “longa duração” - que tem sua expressão máxima no *esquema tripartido* de Braudel - avança a partir da crítica aos modos pelos quais a investigação científica social está estruturada, exposta no artigo “Llamado a um debate sobre

¹⁵ São obstáculos que se assinalam como limites dos quais os homens e suas experiências não podem se libertar. “(...) Pensai na dificuldade em quebrar certos quadros geográficos, certas realidades biológicas, certos limites de produtividade, até mesmo, estas ou aquelas coerções espirituais: os quadros mentais também são as prisões de longa duração” (Braudel: 1992, p.50).

el Paradigma” do livro *Impensar las ciencias sociales*.¹⁶ Dentre os sete pressupostos comuns à investigação científica social, examinados nesse texto, sobressai, para Wallerstein (1998a, 1998b, 1999a, 2002), que o problema intelectual fundamental é que o “[...] como percibimos nuestro mundo, con qué fin nos esforzamos por el conocimiento, como organizamos nuestra actividad científica” (Wallerstein, 1998b) é prisioneiro da *consideração antitética* das perspectivas *idiográfica* e *nomotética* do saber.

Nesse sentido, a crítica e insatisfação de Wallerstein com relação à “longa duração”, não se baseia no fato de ser um critério insuficiente para proceder na “investigação histórica”- pois, de fato, é somente um procedimento, de caráter empírico-abstrato, para ordenar o material histórico -, mas porque sua fundamentação estritamente empírica mantém o debate somente nesse nível: “método idiográfico ou nomotético?” Enquanto que o *método idiográfico* se difundiu muito mais nas disciplinas vinculadas à *concepção empírica de ciência* - a história tradicional (narrativista), por exemplo -, o *método nomotético* é mais utilizado naquelas disciplinas vinculadas a uma *concepção racionalista de ciência* - por exemplo, nas ciências sociais, quando se pretende estudar as relações sociais burguesas no modo de produção capitalista e sua transfiguração na relação de gênero.

O *empirismo*, como concepção de ciência, cujo modelo de objetividade se origina da medicina grega e da história, entende que a ciência é a interpretação dos fatos baseada em observações e experimentos. Nesse sentido, a única forma válida de conhecimento é aquela obtida através do emprego dos sentidos¹⁷, pois permite estabelecer induções e oferecer a definição do objeto (suas propriedades e suas leis de fundamento). A teoria resultaria das observações e dos experimentos os *quais não tem o papel de confirmar conceitos, mas sim a função de produzi-los* (Chauí, 1994). Há correlação entre essa concepção de ciência e o *método idiográfico*, pois conforme esse último “tudo é fluxo”, tudo está sempre mudando, sendo difícil que qualquer generalização (a partir da empiria) possa ser verdadeira. Assim, “tudo o que se pode fazer é compreender empaticamente uma seqüência de acontecimentos” (Wallerstein, 1999, p.454).

Em contraste, a concepção do *racionalismo* cujo modelo de objetividade se origina da matemática entende que a ciência é conhecimento dedutivo e demonstrativo (portanto, é conhecimento capaz de provar a verdade necessária e universal de seus enunciados e resultados); em outras palavras, é a unidade sistemática de axiomas, postulados e definições

¹⁶ Utilizaremos esta versão em português que aparece sob o título “Análise dos Sistemas Mundiais” (1999a) In: GIDDENS, Anthony, *Teoria Social Hoje*. São Paulo: Unesp, 1999.

¹⁷ “De acordo com esse ponto de vista, se alguma coisa não pode ser observada, então de nada adianta tentar explicar fenômenos naturais ou de qualquer outro tipo” (Johnson, 1997, p.83).

(que determinam a natureza e as propriedades de seu objeto) e de demonstrações que provam relações de causalidade que regem o objeto investigado. O objeto científico é a representação intelectual universal, necessária, verdadeira das coisas representadas correspondendo à própria realidade (que é racional e inteligível). Assim, *as experiências científicas são realizadas para verificar e confirmar demonstrações teóricas, e não para produzir o conhecimento do objeto uma vez que esse só pode ser conhecido exclusivamente pelo pensamento* (Chauí, 1994). A essa concepção de ciência podemos correlacionar o *método nomotético* que preconiza a existência de regularidades no mundo social (Wallerstein, 1999) ao focalizar enunciados gerais que expliquem padrões sociais mais amplos (Johnson, 1997).

Ambas as concepções, racionalista e empirista, possuem o mesmo pressuposto, mas utilizam-no de maneira diferente. O pressuposto é o de que a ciência é a explicação e representação verdadeira da própria realidade tal como esta é. A ciência seria uma espécie de raio X da realidade. Entretanto, enquanto que a concepção racionalista é hipotético-dedutiva (define o objeto, suas leis e disso deduz propriedades, efeitos posteriores e previsões), a concepção empirista é hipotético-indutiva (apresenta suposições sobre o objeto, realiza observações e experimentos e chega à definição dos fatos, às leis, suas propriedades, seus efeitos posteriores) (Chauí, 1994).

Diz Wallerstein que a maneira comum de lidar com a antítese entre os métodos de enxergar o mundo social *idiográfico* e *nomotético* (que inferimos como desdobramentos das concepções de ciência empirista e racionalista, respectivamente) consiste em “combinar” *história e ciências sociais*.

Diz-se do historiador que ele serve ao cientista social por fornecer conjuntos de dados mais amplos e mais profundos a partir dos quais ele poder induzir as suas generalizações que se assemelham a leis. Diz-se que o cientista social serve ao historiador por lhe oferecer os resultados de pesquisas, generalizações racionalmente demonstradas que permitem a explicação de uma determinada seqüência de acontecimentos. (Wallerstein, 1999, p.454-455)

Entretanto, para Wallerstein, a fragilidade dessa nítida divisão do trabalho se evidencia a qualquer observador neutro. Essa divisão,

[...] presume a possibilidade de isolar “seqüências” sujeitas à análise “histórica” e pequenos “universos” sujeitos à análise “social científica”. Na prática, porém, a seqüência de uma pessoa é o inverso de outra, e o observador neutro fica um pouco indeciso quanto à maneira de distinguir entre as duas em bases puramente lógicas como opostas a, digamos, campos estilísticos ou de forma. (Wallerstein, 2002, p.455)

Para Wallerstein (1999, 2002), o *debate empírico*, muito simples e fechado, raramente conduz para resolver os problemas, ou mesmo esclarecê-los, decorrentes da questão da *mudança social* - se “a mudança é eterna ou nada muda jamais”. A evidência empírica é muito incompleta e, afinal, não convincente, por uma simples razão: o tipo de prova que pode dar e as conclusões que delas se podem tirar parecem depender dos períodos medidos (Wallerstein, 2002). Assim, “não se trata [...] de questões que serão resolvidas por um estudo mais empírico, mesmo que mais ambicioso” (Wallerstein, p.155). Dada a fragilidade da escola idiográfica seria necessário, segundo Wallerstein, uma certa dose de formulações mais gerais:

[...] pode-se dizer que é muito difícil formular estudos empíricos inteligentes sobre qualquer questão concreta sem criar as sólidas fundações de uma perspectiva intelectual que nos qualifique para situar a análise inteligentemente no interior dessa perspectiva mais ampla. Por tempo demais, por dois séculos, nós deixamos de fazê-lo, argumentando que esta perspectiva mais ampla era um engodo da “especulação filosófica”, que não devia ser levado a sério pelos “cientistas racionais”. Este é um erro ao qual não podemos mais nos dar ao luxo de nos entregar. (Wallerstein, 2002, p.157)

Para o autor, *qualquer descrição requer uma complexa generalização*. Entretanto, a limitação do próprio *método racionalista nas ciências sociais* - para Wallerstein (2002) - consiste no fato de ter nascido do iluminismo.

As ciências sociais, como as conhecemos hoje, são cria do iluminismo. Sem dúvida, são o mais fino produto do iluminismo: representam a crença de que as sociedades humanas são estruturas ininteligíveis cuja operação podemos compreender. A partir desta premissa, pensou-se decorrer que o ser humano pode afetar ser próprio mundo crucialmente, usando suas capacidades para alcançar racionalmente a boa sociedade. É claro, as ciências sociais aceitaram, virtualmente sem questionar, a premissa iluminista ulterior de que o mundo estava evoluindo inegavelmente na direção da boa sociedade, quer dizer, de que o progresso é nossa herança natural. [sublinhado nosso] (Wallerstein, 2002, p.157)

A contradição resultante desse método é o suposto de *os padrões de interação humana seguem leis universais*, as quais se mantêm verdadeiras no tempo e no espaço, se chocar com a premissa da busca da *boa sociedade*. O suposto admitiria que “nada muda”, ou que pelo menos nada de fundamental muda, enquanto que a crença no progresso admitiria que a “mudança é eterna”, o que leva Wallerstein à seguinte análise: “o estudo da mudança social passa a ser definido apenas como o estudo dos desvios para longe dos equilíbrios” (Wallerstein, 2002, p.158).

Wallerstein parece confundir a filosofia iluminista, a concepção científica racionalista e a ilusão do progresso e da evolução. Sabemos que todas as ciências são filhas do iluminismo na medida em que este movimento, segundo Binetti (1995, p.605) “[...] visa estimular a luta da razão contra a autoridade, isto é, a luta da ‘luz’ contra as ‘trevas’”. Quando o cristianismo era a *razão oficial*, obrigava a investigação científica a se fundir com a religião, impedindo-a de seguir seu próprio caminho. Desse modo, a investigação científica ou a razão só era reconhecida se fosse inerente à maneira de ver cristã; “[...] todas as filosofias do passado, sem exceção foram acusadas, uma após outra, pelos teólogos, de renegar a religião cristã [...]” (Marx&Engels, 1974, p.25). Em dado momento histórico a luta pela liberdade de filosofar, de fazer ciência e de desenvolvê-la sem amarras religiosas ou morais se manifestou concretamente como necessidade do desenvolvimento das forças produtivas. A transmutação da base produtiva material, provocado pela passagem de elementos naturais para os artificiais, representou a necessidade dos homens de dominar e controlar a natureza para poderem ampliar a produção da riqueza (Aued, 2002). O deslocamento da ciência - embasada na razão e não mais na religião - da esfera das pesquisas e especulações dos cientistas “puros” para o campo das atividades “práticas”, vinculadas aos avanços da indústria, foi apenas o desembocar do longo período em que a religião deixava de ser o limite da Razão da Ciência.

É comum admitirmos que qualquer concepção científica (seja a empirista, a racionalista ou a construtivista) tenha por base a Razão. Entretanto, o que se quer dizer quando se emprega a palavra *Razão*? Segundo Chauí (1994), apesar de, em cada época, por motivos históricos e teóricos determinados este significado mudar inteiramente (fazendo com que exista muitas e diferentes “razões” - a razão grega é diferente da medieval que, por sua vez, é diferente da renascentista e da moderna), se mantém uma idéia essencial à noção ocidental de razão.

Que idéia é essa? A de que a realidade, o mundo natural e cultural, os seres humanos, suas ações e obras **têm sentido** e esse sentido **pode ser conhecido**. É o ideal do conhecimento objetivo que é conservado quando continuamos a falar em razão (Chauí, 1994, p.85).

As origens da ilusão do progresso e da evolução não se relacionam com o preceito da Razão iluminista e menos ainda com a concepção científica racionalista. Segundo Chauí (1994), as origens desta ilusão têm dois lados. Do lado dos cientistas, com o surgimento de novos paradigmas, o cientista sente que saber mais e melhor do que antes (com relação a um paradigma que não permitia conhecer certos fenômenos). Como trabalhava com uma tradição

e a abandonou, tem o sentimento de que o passado estava “errado”, era “inferior”, em relação ao presente aberto por seu novo trabalho - esse “progresso” para o cientista é uma vivência subjetiva. Entretanto, não é ele quem percebe a ruptura e descontinuidade e, portanto, a diferença temporal: é o filósofo da ciência. Para o filósofo da ciência:

não há como dizer que as idéias e as teorias passadas são falsas, erradas ou atrasadas: elas simplesmente são diferentes das atuais porque se baseiam em princípios, interpretações e conceitos novos (Chauí, 1994, p.85).

Do lado dos não-cientistas, vivemos a ideologia do progresso e da evolução. Vemos os resultados tecnológicos das ciências - novos computadores, satélites, telefones celulares - os quais são nos apresentados pelos governos, pelas empresas de propaganda como signos do progresso e não da diferença temporal (Chauí, 1994). Assim, seguindo Chauí (1994), seria importante investigarmos os momentos de rupturas epistemológicas, identificando a razão prevaiente como momento de “progresso” subjetivo, e não apenas se contentar com a explicação de que a Razão iluminista é a própria ideologia do progresso

Não obstante, indagamos sobre a saída ou avaliação de Wallerstein para resolver o problema do empirismo, do racionalismo ou da divisão de trabalho entre ambos. Partimos de sua própria questão norteadora: “Será que existe uma diferença significativa entre seqüência e universo, entre história e ciência social? Trata-se de duas atividades ou de uma só?” (Wallerstein, 2002, p.455).

Recusando a utilização separada dos dois métodos, bem como a “combinação” entre ambos, Wallerstein apresenta uma lógica alternativa: *a análise dos sistemas mundiais* que “[...] oferece um valor heurístico da *via media* entre generalizações trans-históricas e narrações particularistas” (Wallerstein, 1999a, p. 455), quer dizer, entre a compreensão generalizadora-abstrata de regularidades, que permite a explicação de uma série de acontecimentos, e a compreensão empírica de uma série de acontecimentos aleatórios.

Questionamos se o método proposto por Wallerstein não pode ser identificado com a *concepção de ciência construtivista*. Essa concepção, iniciada no XXI, se diferencia das concepções *empirista* e *racionalista* porque entende que a ciência é uma construção de modelos explicativos da realidade e não uma representação da própria realidade. Nesse sentido, o trabalho científico exige que o método permita construir axiomas, postulados, definições e deduções sobre objeto (coerência entre os princípios) e, ao mesmo tempo, que a experimentação empírica guie e modifique axiomas, definições e demonstrações (os modelos dos objetos ou estruturas dos fenômenos são construídos com base na observação e na experimentação empírica). Em síntese, a concepção *construtivista* não espera que o trabalho

apresente a realidade em si, mas ofereça estruturas e modelos de funcionamento da realidade (Chauí, 1994).

Wallerstein, atestando a insuficiência dos paradigmas existentes nas ciências sociais parece ter trazido para essas disciplinas a *concepção construtivista*, contribuindo para entendermos que,

teorizar não é uma atividade separada da análise dos dados empíricos. A análises só se podem fazer em termos de proposições e esquemas teóricos. Por outro lado, as análises de acontecimentos ou processos devem incluir como ponto de partida uma série completa de valores específicos de algumas variáveis, sobre cuja base se possa explicar como se chegou aos resultados finais. (Wallerstein, 1999b, p.337)

A medida que crecemos en nuestro mundo moderno, la educación a la cual se nos somete de manera constante, evoluciona. La ortodoxia se relaja en un campo tras otros, y se nos presenta la idea de que nuestro conocimiento, nustras verdades, en realidad son creaciones sociales. No son sino una manera, entre otras alternativas de percibir el mundo. (Wallerstein, 1998, p.149)

Para tanto, apresenta um modelo sobre a mudança social ilustrando as questões através da análise do sistema-mundo moderno (Wallerstein, 2002).

Tendo em mente a herança braudeliana da longa duração, Wallerstein aceita o método empírico-estruturalista como norteador da análise do mundo social, pois para ele “todos os fenômenos complejos tienen reglas, fuerzas constrictivas, tendencias o principios rectores, es decir, estructuras” [sublinhado nosso] (Wallerstein, 1998b, p.249). Entretanto, dedica seu esforço para torná-lo um instrumento analítico, isto é, teórico-metodológico.

De que modo Wallerstein transforma “as estruturas”, a “longa duração”, em instrumento de investigação teórico-metodológico?

[Se] [...] más compleja es la estructura, más decisiva es su historia [...], “el problema radica en que esta verdad no debe enunciarse como algo metafísico, sino manipularse en el estudio de cualquier fenómeno real complejo”. [Sendo assim, sua maneira de fazê-lo consiste em] “[...] concebir el mundo social como una sucesión y coexistencia de múltiples entidades de largo plazo y de gran escala que denomino sistemas históricos”.¹⁸ [sublinhado nosso] (Wallerstein, 1998b, p.249)

Nesse sentido, eleva “as estruturas”, a “longa duração”, à condição *de instrumento de investigação* ao conceber que a realidade histórica é

¹⁸ Os sistemas históricos tem três características: “[...] son relativamente autónomos, o sea, funcionan em esencia em términos de las consecuencias de sus procesos internos; tienen límites temporales, es decir, tienen principio y fin y; tienen límites especiales, aunque este espacio puede cambiar en el transcurso de su vida” (Wallerstein, 1998b, p.249).

[...] la realidad de la serie de estructuras que son duraderas pero no eternas (lo que yo denominaría sistemas históricos), que funcionan en patrones (lo que yo denominaría sus ritmos cíclicos), pero también tienen un lento proceso continuo de transformación (lo que yo denominaría sus tendencias seculares). [sublinhado nosso] (Wallerstein, 1998a, p.152-153)

Isso é expresso por meio de seu conceito de *sistema histórico*.

Observe-se que Wallerstein chama de *sistema histórico* determinados grupamentos de fenômenos complexos que têm regras, princípios norteadores, quer dizer, estruturas (o que não deixa de contemplar a “longa duração”) que são duradouras, porém não eternas: *funcionam segundo padrões, mas têm um lento processo de transformação*.

E como operacionalizar o conceito de *sistema histórico*? Uma vez que, para Wallerstein, resulta bastante problemático converter as características definidoras dos *sistemas históricos* em *entidades operativas* (Wallerstein, 1998b, p.249), utiliza como instrumento a *divisão social do trabalho*, quer dizer,

[...] “las condiciones para asegurar la supervivencia social”, porque entiende que “[...] un sistema histórico debe representar una red integrada de procesos económicos, políticos y culturales cuya totalidad mantiene unido al sistema. (Wallerstein, 1998b, p.250)

Entretanto, a *divisão do trabalho*, tal como tratada em Wallerstein, só aparentemente é ponto de partida. De fato, é um resultado, um conceito que ele constrói a partir de evidências empíricas. Isso consiste em problema? Não. O problema consiste no tipo da evidência empírica e, principalmente, na forma como a utiliza.

As divisões sociais do trabalho, para Wallerstein, só podem historicamente se encontrar em entidades bastante pequenas (tanto do ponto de vista temporal quanto espacial) chamados de *mini-sistemas* ou entidades de grande escala e de longa duração chamados *sistemas-mundo*.

Gracias a esta trivialidade podemos identificar lo que esta fuera del sistema histórico. Si algo puede ocurrir y de hecho ocurre en una zona x , una zona que se piensa o se sospecha que es parte de un sistema histórico dado en una época y , y el resto del sistema permanece ajeno a este suceso, entonces la zona x se encuentra fuera de este sistema histórico particular, aunque pudiera parecer que hay una interacción social visible entre la zona x y este sistema. (Wallerstein, 1998b, p.250)¹⁹

¹⁹ Qual a relevância de se identificar comprovando o que está “fora” de um sistema histórico? Responde Wallerstein: “utilizando tal critério, defende-se aqui que a maior parte das entidades descritas como sistemas sociais - ‘tribos’, comunidades, nações-estado - não são, de fato, sistemas totais” (Wallerstein, 1999, p.338).

Entretanto, *se a existência de zonas coexistentes e intercambiantes*, - porém não pertencentes ao mesmo sistema histórico -, *são uma evidência importante*, então, *essa é uma evidência que deve ser explicada e não ser utilizada como a própria explicação*. Indagamos se Wallerstein não está transformando na própria explicação justamente aquilo precisa ser explicado. Vejamos a confirmação dessa afirmação.

Tal vez el asunto se aclara más si hago él análisis de algo concreto. En mi libro sobre la economía-mundo europea en el siglo XVI, afirmo que podía decirse que su división social del trabajo sí incluyó a Polonia mas no a Rusia. Es evidente que tanto Rusia como Polonia sostenían relaciones comerciales marítimas con varios países de Europa occidental (y Polonia también las tenía por tierra con las Alemanias), sin embargo, desde mi punto de vista, la diferencia (que apoyo con cierta evidencia empírica) entre ambos casos radicó en que cualquier interrupción duradera de las relaciones entre Polonia y, digamos, los Países Bajos (algo muy factible en 1626-1629, aunque no se concretizara) hubiera provocado una notable alteración de los procesos de producción en ambas regiones; en contraste, los intentos concretos del zar Iván IV en 1550-1570 por cortar dicha relación que de hecho existía en ese entonces no provocaron tal alteración. Por lo tanto puede decirse que Polonia y los Países Bajos se encontraban en una sola división del trabajo, mientras que Rusia se encontraba fuera de ese sistema histórico. (Wallerstein, 1998b, p.250)

Partindo de evidências empíricas, como o exemplo acima, as transforma não só na própria explicação - como se tais evidências bastassem a si mesmas - mas em referencial teórico identificando-as como a própria *divisão do trabalho*. Atentemos ao caminho de Wallerstein. O autor observa que as *evidências empíricas* inferem a existência de dois tipos de sistemas históricos os quais chama *mini-sistemas e sistemas-mundo*.²⁰ Feito isso, como *pensar* essas delimitações sistêmicas que se fazem empiricamente?

De hecho la historiografía de los últimos 150 años abunda en discusiones acerca de las delimitaciones sistémicas [...] He intentado abordar el asunto de las delimitaciones partiendo de la división social de trabajo [...]. (Wallerstein, 1998b, p.249-250)

Portanto, Wallerstein pensa e justifica a divisão do trabalho a partir da coexistência de *sistemas históricos* e não ao contrário - como afirma fazer (pensar e justificar a coexistência dos sistemas históricos a partir da divisão do trabalho).

Não há problema em entender o fenômeno da coexistência de sistemas históricos a partir de zonas que estão em constante intercâmbio. O problema consiste em transformar essa própria questão, empírica e evidente, na sua própria explicação. Se determinadas zonas estão em intercâmbio e apresentam diferentes níveis da divisão do trabalho, não sendo *pertencentes*

²⁰ Wallerstein (1999, p.338), escreve que “[...] os únicos sistemas sociais reais são, por um lado, as economias de subsistência que não façam parte de sistema algum que exijam tributos regulares e, por outro lado, os sistemas mundiais. É preciso, evidentemente, distinguir estes últimos das primeiras, porque são relativamente grandes: isto é, constituem, em linguagem familiar, verdadeiros ‘mundos’. Mais precisamente, todavia, são definidos pelo fato de a sua auto-inclusão como entidade econômico-material estar baseada numa divisão extensiva do trabalho e de conterem no seu seio uma multiplicidade de culturas”[sublinhado nosso].

a um mesmo sistema histórico, por onde sob perspectiva marxiana iniciariamos a fim de explicar este fenômeno? Pela divisão do trabalho e o intercâmbio interno.

Segundo Marx (1993),

as relações entre umas nações [ou umas regiões] e outras dependem do estado de desenvolvimento em que se encontra cada uma delas no que concerne às forças produtivas, à divisão do trabalho e ao intercâmbio interno. Tal princípio é em geral reconhecido. Entretanto, não apenas a relação de uma nação com as outras, mas também toda a estrutura interna desta mesma nação, dependem do grau de desenvolvimento de sua produção e de seu intercâmbio interno e externo. (Marx, 1993, p.28)

Observar o desenvolvimento das forças produtivas é observar o grau de desenvolvimento atingido pela divisão do trabalho, entendendo que “[...] cada nova força produtiva tem como consequência um novo desenvolvimento da divisão do trabalho” (Marx, 1993, p.29).

Enquanto que em Wallerstein, a realidade empírica aparente é assumida como referencial (o autor conclui a existência de *sistemas históricos diferentes*, e isso é um conceito, uma produção de seu cérebro) aparecendo a divisão social do trabalho como resultado ou questão a ser explicada (desprovida de base empírica real - trata-se, de fato, de uma base empírica abstrata), *em Marx, a realidade empírica pensada é assumida como referencial (o concreto pensado) aparecendo a divisão social do trabalho (as relações entre os homens) como ponto de partida ou questão explicativa*. Marx parte da realidade empírica aparente em direção às suas determinações concretas reais (as relações entre os homens a partir da produção dos meios), para então empreender a análise sobre *as aparências* estabelecendo as conexões com o movimento real.

O que Wallerstein mostra? Que - a partir da comprovação empírica entre dois tipos de zonas (*mini-sistemas* e *sistemas-mundo*) - existe uma divisão social do trabalho entre regiões. Numa zona, a divisão social do trabalho está organizada a partir de *economias de subsistência*. Na outra zona, a divisão não estando organizada a partir de economias de subsistência, se apresenta como *extensiva*.

Esta divisão [extensiva] não é meramente funcional [observa Wallerstein] - isto é, ocupacional - mas geográfica. Quer dizer, a gama de tarefas econômicas não está distribuída uniformemente por todo o sistema mundial (Wallerstein, 1999, p.339).

Em resumo, enquanto que no *sistema mundial* a divisão social do trabalho - entendida como *gama de tarefas econômicas* - ocorre empiricamente de forma desigual em termos ocupacionais e geográficos -, nos *mini-sistemas* a divisão social do trabalho ocorre

uniformemente. Especificamente na economia mundo capitalista, entende Wallerstein (1999b), a divisão do trabalho está atrelada a uma certa configuração das cadeias mercantis de valor a qual vai expressar uma correlação de forças determinada (entre as elites se as forças populares) que conjuntamente com fatores econômicos (as conjunturas econômicas) têm implicações sobre a formação dos Estados. Se isso *aparece* desta maneira, é algo que precisa ser explicado e não ser utilizado como a própria explicação. Observe-se que o tempo todo o autor está explicando a divisão social do trabalho, sempre em função de dois tipos de sistemas históricos (previamente estabelecidos) e, especificamente, daquilo que “[...] aumenta e legitima a capacidade de certos grupos [de] dentro do sistema explorarem o trabalho de outros, isto é, receberem uma maior parte do excedente” (Wallerstein, 1999, p.339).

4. Considerações finais

Braudel lança as bases de uma concepção história fundamentada em diversas *realidades e fenômenos e em distintas temporalidades* (de *tempos e ritmos de duração* de magnitude e dimensões variáveis em função da temporalidade dos movimentos geológicos). A *longa duração*, que tem sua expressão máxima no *esquema tripartido* (sendo um critério para ordenar o material histórico), evidencia que o método utilizado por Braudel pode ser considerado empírico-estruturalista. Prima pela descrição de observações e por pesquisas baseadas em observações concretas havendo recusa em formulações teóricas *a priori*. Entretanto, não se trata de um empirismo particularista que focaliza casos ou eventos isolados, mas de um empirismo estruturalista, fundado numa totalidade histórica. Da perspectiva marxiana, o critério braudeliiano de ordenação do material é o *passado* e essencialmente procura mostrar que “as circunstâncias fazem os homens”. Entretanto, ao prescindir (ou abstrair) a *base ou ação real empírica dos homens* (a qual para Marx é a produção dos meios por parte dos homens vivos), identifica-se com um empirismo abstrato ficando submetido a compartilhar a ilusão da época que compreende os séculos XVI-XVIII. Conseqüentemente, não mostra a contrapartida marxiana de que *os homens também “fazem as circunstâncias”*, aparecendo estes como acessórios, ontologicamente inconscientes.

Wallerstein, preocupado com as bases *idiográfica e nomotética* das disciplinas sociais, avança aprimorando a base braudeliiana rumo a uma *concepção de história verdadeiramente teórica-metodológica*. Eleva “as estruturas”, desenhadas pela “longa duração”, à condição de instrumento de investigação por meio de seu conceito de *sistema histórico*. Seu método não se enquadra nem como originário do empirismo e nem do racionalismo: seu enquadramento

pode ser feito junto à *concepção construtivista de cientificidade* a qual agrega elementos das duas concepções anteriores. Entretanto, da perspectiva marxiana, Wallerstein assume a *realidade empírica aparente* como referencial inicial para a elaboração do conceito de *sistema histórico*. E a divisão social do trabalho, que - conforme o autor - era para ser ponto de partida, aparece *como resultado do concreto aparente e questão a ser explicada* (pelo conceito de *sistema histórico*).

Bibliografia:

- ARIENTI, Wagner Leal, FILOMENO, Felipe Amin. **Economia Política do Moderno Sistema Mundial**: as contribuições de Wallerstein, Braudel e Arrighi. Texto para Discussão, Dpto. de Economia, UFSC, 2004.
- AUED, Idaleto Malvezzi. Dois dedos de prosa sobre **O Capital**. *Revista Geosul*. Depto. de Geociências, CFH, UFSC. Florianópolis, v.17. n.34. jul-dez. 2002.
- BINETTI, Saffo Testoni. Iluminismo. In: BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola, PASQUINO, Gianfranco (orgs). **Dicionário de Política**. v.2, 7ª ed., Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1995.
- BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a História**. 2ªed. São Paulo: Perspectiva, 1992.
- _____. **Civilização material, Economia e Capitalismo**. 3v. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- CARDOSO Jr., Hélio Rebello. Narrativas e Totalidades como problemas na historiografia - um estudo e dois casos. In: Malerba, Jurandir (Org.). **A Velha História**. Campinas, SP: Papirus, 1996.
- CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 1994.
- COSTA, Iraci del Nero, MOTTA, José Flávio. Hegel e o fim da história: algumas especulações sobre o futuro da sociabilidade humana. In: **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**. Rio de Janeiro, n.7, dez-2000, p.33-54.
- ECHEVERRÍA, Bolívar. La comprensión y la crítica (Marx e Braudel sobre el capitalismo). **Las ilusiones de la modernidad**. Mexico, D.F: Unam/El equilibrista, 1995: 111-131.
- JOHNSON, Allan G. **Dicionário de Sociologia**: um guia prático da linguagem sociológica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- MARX, Karl. **A Ideologia Alemã (I-Feuerbach)**. 9ª ed. São Paulo: Hucitec, 1993.
- _____. **O Capital**: Crítica da Economia Política. Livro I, v.1, 15ª ed. - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.
- MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. Editorial nº 179 da Gazeta de Colônia. **Sobre a Religião**. Edições 70, Lisboa, 1976.
- OLIVEIRA, Paulo de Salles. Caminhos de construção da Pesquisa em ciências humanas. In: _____(org.) **Metodologia das Ciências Humanas**. v.1, São Paulo: Unesp, 1998: 17-26.
- ROJAS, Carlos Antonio Aguirre. Hacer la historia, saber la historia: entre Marx e Braudel. **Cuadernos Políticos**. Mexico D.F: Ediciones Era, n.48, oct-dec 1986: 45-72.
- Wallerstein, Immanuel. As invenções de realidades tempo-espaco: rumo a um entendimento de nossos sistemas históricos. **Impensar las ciencias sociales**. México D.F: Siglo Veintiuno, 1998a: 149-163.
- _____. Sistemas históricos como sistemas complexos. **Impensar las ciencias sociales**. México D.F: Siglo Veintiuno, 1998b: 249-256.
- _____. Análise dos Sistemas Mundiais. In: Giddens, Anthony. **Teoria Social Hoje**. São Paulo: Unesp, 1999a: 447-469.
- _____. Repaso Teórico. **El moderno sistema mundial**: La agricultura capitalista y los orígenes de la economía-mundo europea en el siglo XVI. Mexico, D.F: Siglo Veintiuno, 1999b: 489-502.

_____ Mudança social? A mudança é eterna, nada muda jamais. **O fim do mundo como concebemos**. Rio de Janeiro: Renavan, 2002.

WEBER, Max. A “objetividade” do conhecimento na ciência social e na ciência política (1904). In: OLIVEIRA, Paulo Salles (org.). **Metodologia das ciências humanas**. São Paulo: Hucitec, 1998: 81-138.